



Clima e aumento do consumo devem manter preço do café em alta

Vamos baixar o custo de vida, afirma Presidente Lula

Página 4

Reforma do IR e supersalários são prioridades de Haddad no Congresso

Página 3

Fundação Casa eleva índice de aprendizagem de 44,6% para 71,3% em 2024 e supera meta de certificação profissional

A Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Casa) registrou um avanço expressivo no aprendizado dos adolescentes em 2024. O índice de progressão na alfabetização e letramento atingiu 71,31%, um crescimento significativo em relação aos 44,68% de 2023. A realização de 1.253 oficinas pedagógicas, que beneficiaram mais de 11 mil jovens ao longo do ano, impulsionaram o avanço. Além disso, cerca de 4 mil adolescentes que cumpriram medida de internação frequentaram os Ensinos Fundamental e Médio, reforçando o compromisso da Instituição com a educação e a reintegração social.

Outro marco foi a certificação em Formação Profissional Básica para adolescentes que concluíram a medida de internação. A meta estabelecida no Plano Plurianual (PPA) do Governo do Estado era de 80%. A Fundação Casa superou a expectativa e atingiu 95,5%. No total, 4.668 jovens foram certificados em cursos profissionalizantes, ampliando suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

A Instituição também avançou no estímulo à continuidade dos estudos. Em parceria com o Centro Paula Souza, 263 adolescentes participaram do vestibulinho das Escolas Técnicas Estaduais (Etecs), com 61 aprovados. Além disso, 89 jovens se inscreveram para as Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo (Fatecs), 1.401 jovens fizeram o Enceja PPL, 242 fizeram o Enem PPL e 1.238 prestaram o Provão Paulista, reforçando a importância da educação como ferramenta de transformação social.

Além do ensino formal e profissionalizante, a Fundação Casa investiu fortemente na cultura e no esporte como complementos essenciais da socioeducação.

DÓLAR
Comercial
Compra: 5,79
Venda: 5,79
Turismo
Compra: 5,83
Venda: 6,01
EURO
Compra: 6,02
Venda: 6,02

Governo vai reforçar infraestrutura para facilitar escoamento da safra



Foto: Antonio Cruz/ABR

Página 3

O preço do café deve continuar subindo nas próximas semanas, pelo menos até a safra deste ano, que começa a ser colhida por volta de abril ou maio. A afirmação é da Associação Brasileira da Indústria do Café (Abic). A principal causa do aumento nos preços são os eventos climáticos, que influenciam na safra do grão. O aumento do consumo em todo o mundo e a chegada de um novo mercado consumidor global, a China, também influenciam.

Segundo a entidade, esse impacto sobre os preços deve continuar acontecendo por mais dois ou três meses. Depois, deve vir um momento de arrefecimento no valor do produto, com uma certa estabilização. A queda de preços, no

entanto, só deverá acontecer a partir da safra do próximo ano, estima a associação.

O aumento no preço do café vem sendo observado desde novembro do ano passado. E não é um fenômeno apenas no Brasil, que é o principal exportador mundial de café no mundo, representando quase 40% da produção mundial, seguido pelo Vietnã (em torno de 17%) e pela Colômbia.

Em 2020, a safra brasileira bateu recordes, mas os anos seguintes foram ruins para a lavoura, influenciado pelo clima. Em 2021, houve uma queda que dizimou quase 20% da safra de arábica. Em 2022, ela não conseguiu se recuperar — no geral, a safra demora dois anos para que isso ocorra, explicou a Abic. Página 6

Raposo Tavares se consolida como novo corredor logístico para escoamento da produção agroindustrial do país

Página 2

Produção industrial brasileira fecha 2024 com crescimento de 3,1%

A produção da indústria brasileira fechou 2024 com crescimento de 3,1% em relação a 2023. O resultado anual é o terceiro maior dos últimos 15 anos e foi empurrado por fatores como o

aumento do emprego e da renda. Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal, divulgada na quarta-feira (5) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Página 6

Esporte

Atletismo Brasil vai ao Sul-Americano para brigar pelo tetra e a hegemonia continental

O Atletismo Brasil disputará a quarta edição do Campeonato Sul-Americano de Cochabamba, na Bolívia, dias 22 e 23 de fevereiro, com 39 atletas (19 mulheres e 20 homens), pela hegemonia continental e o tetracampeonato. O Brasil conquistou o tricampeonato em 2024, também em Cochabamba (que tem a única pista oficial indoor da América do Sul), com 244 pontos (136 no feminino e 108 no masculino) e 26 medalhas (13 de ouro, 7 de prata e 6 de bronze).

Foram convocados os dois atletas melhores posicionados no Ranking Brasileiro Combinado (Indoor/Outdoor), no período de 27 de abril de 2024 a 2 de fevereiro de 2025, desde que o atleta esteja entre os cinco primeiros colocados do Ranking Sul-Americano Com-

binado, no mesmo período. O Ranking Combinado é o agrupamento dos resultados dos Rankings Indoor e Outdoor, brasileiro e sul-americano.

No caso de provas equivalentes que possuam distâncias diferentes na versão indoor e outdoor (60 m com barreiras/110 m e 100 m com barreiras, 60 m/100 m, 3000 m/5000 m) foi considerado o resultado com a maior pontuação (Scoring Tables of Athletics).

Mais informações podem ser consultadas na Nota Oficial 159, de 18 de outubro de 2024, com todos os critérios de convocação. A publicação incluiu as competições do fim de 2024 e do começo de 2025, para que todos pudessem estar bem informados logo no início da temporada.

“O principal objetivo é ir ao Sul-Americano brigar pela corrida de pontos para a qualificação



Foto: Osvaldo F. Thiago Moura no Brasileiro Indoor de Provas Similares

para o Mundial de Tóquio, ao ar livre (13 a 21 de setembro). Quanto ao Mundial Indoor de Nanjing,

na China (em março), não sei ainda. É começo de temporada e estamos muito sem parâmetros”,

disse Thiago Moura (EC Pinheiros-SP), um dos convocados para a competição de Cochabamba.

Thiago enfrentou muita chuva na disputa do salto em altura no Campeonato Brasileiro Indoor de Provas Similares, no último sábado (1/2), em Bragança Paulista, o que dificultou sua performance, mas venceu com 2,12 m.

Thiago Moura e Sarah Suelen Fernandes Freitas, agora Moura também, casaram-se no sábado (11/1) e no dia seguinte (12/1) já estavam participando do 15º Camping Nacional CRIA Lavras de Atletismo, em Minas Gerais, juntamente com o pai do noivo, o treinador Neilton Moura. E no fim de semana deste dia 1 de fevereiro competindo em Bragança Paulista.

Copa São Paulo Light de Kart: Campeão Miguel Silva estreará na categoria OKN Júnior



Foto: Leonardo Dias

Atual campeão da F4 Júnior na Copa São Paulo Light de Kart e em outros certames do kartismo com motores de quatro tempos, o paulista Miguel Silva (RodOil/Shield Oil/SOS Bike Móvel) vai se dedicar nesta temporada nas categorias com motores de dois tempos. Depois de ter estreado na X30

Miguel Silva quer começar na categoria OKN Júnior brigando por pódio

na semana passada, agora é a vez dele começar a competir na modalidade internacional OKN Júnior, que terá a primeira etapa do principal campeonato regional neste sábado (8/2), no Kartódromo de Interlagos (SP).

“Este ano a minha dedicação integral será nos campeonatos que utilizam estes motores que são usados nas principais competições internacionais, como o Europeu e o Mundial. Será uma temporada de

aprendizado, depois do sucesso que tive com os motores nacionais de quatro tempos”, comentou Miguel Silva, que em 2024 foi um dos pilotos que mais venceu corridas no Brasil na F4 Júnior.

A OKN Júnior utiliza o motor italiano IAME Reedster 5, de 125cc e com refrigeração líquida. Estas unidades são fornecidas pela RBC Preparações e sorteados entre os competidores na Copa São Paulo Light.

Governo define novas regras para agências reguladoras

O Governo de São Paulo publicou na quarta-feira (5) o decreto que regulamenta a Lei Complementar nº 1.413, de 23 de setembro de 2024, estabelecendo novas regras para o funcionamento das agências reguladoras estaduais. A medida amplia as atribuições da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) e da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp), oficializa a criação da Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP Águas) e fortalece a autonomia administrativa, financeira e decisória dessas autarquias.

A nova regulamentação das agências reguladoras assegura que elas atuem sem subordina-

ção hierárquica, com mandatos fixos de cinco anos para seus diretores, que serão nomeados pelo governador e aprovados pela Assembleia Legislativa. O modelo reforça a estabilidade institucional das agências reguladoras, impede interferências políticas e garante mais previsibilidade para investidores e operadores dos contratos de concessão. A mudança faz parte do programa SP na Direção Certa, que busca aumentar a eficiência do setor público e impulsionar investimentos no Estado.

Com a criação da SP Águas, São Paulo passa a contar com uma agência dedicada à gestão e fiscalização dos recursos hídricos. O órgão será responsável

pela concessão de outorga para captação de água de fontes superficiais e subterrâneas e fiscalização dos usos de recursos hídricos, além de contar com uma rede de monitoramento hidrológico. Também terá o papel de desenvolver ações e políticas para prevenção e mitigação de eventos climáticos extremos e de prestar apoio técnico aos municípios na gestão dos recursos hídricos.

Com a transformação em agência reguladora, a SP Águas passa a contar com um conselho diretor, cujos membros são indicados pelo governador e aprovados pela Assembleia Legislativa para um mandato, o que garante a estabilidade dos dirigentes e fortalece a autonomia decisória da agência.

Com uma estrutura robusta de agência reguladora, a SP Águas atuará no fortalecimento da fiscalização dos usos de recursos hídricos e monitoramento hidrológico. Além disso, lançará uma agenda regulatória e passará a realizar análises de impacto regulatório antes de qualquer edição ou alteração de normas de interesse geral dos usuários de recursos hídricos. O ob-



Foto: Divulgação/Governo de SP

Nova regulamentação assegura que as agências atuem sem subordinação hierárquica, com mandatos fixos de cinco anos para seus diretores, que serão nomeados pelo governador e aprovados pela Assembleia Legislativa.

jetivo é garantir que as decisões sejam transparentes, eficientes e equilibradas, especialmente em relação à outorga de direito de uso de recursos hídricos.

A Artesp vai expandir a sua atuação. Além das concessões rodoviárias, transporte coletivo intermunicipal e aeroportos regionais,

a agência passa a fiscalizar os transportes hidroviário, o coletivo metropolitano e o metroferroviário.

Já a Arsesp amplia seu escopo para regular concessões de habitação, escolas, loterias e parques públicos, além de saneamento, gás canalizado e energia elétrica.

As mudanças garantem mais autonomia na gestão de recursos e processos internos. As agências poderão firmar contratos, administrar receitas próprias e disciplinar o regime de trabalho de seus servidores, incluindo a regulamentação do teletrabalho. Também poderão realizar concursos públicos sempre que a vacância superar 10% do quadro de funcionários, desde que respeitados os limites fiscais.

A fiscalização dos serviços concedidos será aprimorada com o uso de tecnologias como geolocalização de ativos, registros de telemetria e monitoramento remoto dos sistemas das concessionárias. Além disso, a nova regulamentação exige a realização de análises de impacto regulatório antes da edição de normas que possam afetar consumidores e operadores.

A regulamentação representa um avanço na governança das agências reguladoras e na segurança jurídica dos serviços concedidos. Com a publicação do decreto, as novas regras entram em vigor imediatamente, consolidando um modelo de governança mais moderno e eficiente para São Paulo. (Governo de SP)

CESAR NETO
www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Aos 20 anos, Tomas Covas, filho do prefeito Bruno Covas [falecido 2021] podia disputar a vereança em 2024 [já tinha 19 anos]. O 1º eleito da história [aos 18 anos em 1988] foi Robson Tuma, filho do [falecido 2010] senador Romeu Tuma

PREFEITURA (São Paulo)

Ricardo Nunes (MDB) estava lado a lado do governador Tarcísio (Republicanos), na solenidade [Memorial América Latina], em comemoração aos 190 anos da Assembleia paulista. Nunes quer eleger mais deputados(as) pelo seu MDB em 2026

ASSEMBLEIA

São tantas as histórias [destes 190 anos] da maior e mais importante Assembleia estadual [do Brasil e América Latina], que por justiça tenho que agradecer a cada deputado(a) e profissionais [das carreiras na ALESP] com quem passei a conviver ...

(São Paulo)

... desde o final de 1992 [já escrevendo esta coluna diária de política]. Nossa profissão já tinha 10 anos de carteira de identidade nacional [Lei federal 7084 / 1982]; gozando de algum respeito, dependendo do caráter de cada jornalista [colunista]

GOVERNO (São Paulo)

Tarcísio Freitas (no Republicanos) concorda com a direção do partido pelo qual foi eleito [2022] e é pré-candidato à reeleição [2026], ao não concretizar federação [casamento sem amor] pra dizer 'amém' por anos] com PP [ex-Arena] e União

CONGRESSO (Brasil)

Em tempos nos quais 'o mundo tá no fim', a pergunta é quem será eleito liderança da chamada frente [bancada com membros de vários partidos] cristã protestante, na Câmara Deputados e Senado. A política deste mundo também tá no fim

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Ser mais um presidente a criticar as falas e ações do colega (EUA) Trump (Republicanos), não vai dar ao Lula (dono do PT) a condição de vender mais e comprar menos, como os seus sócios preferenciais dos Brics [a China, a Índia e a Rússia]

PARTIDOS (Brasil)

Lembrando do livro "Projeto de Poder" [do Edir Macedo - igreja Universal e rede Record tv], os dirigentes do partido Republicanos (ex-PRB) tão prestes a declarar que não farão federação com o PP (ex-Arena) e com o União (fusão PSL e DEM)

JUSTIÇAS (Brasil)

O que tá dizendo o grande jurista Ives Gandra [fará 90 anos em 12 fevereiro 2025] sobre projeto de lei que começa a tomar corpo [no Congresso], modificando a 'lei da ficha limpa' pra que Bolsonaro (PL) volte a ser candidato em 2026 ?

ANO 33

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ...

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "E Jesus o repreendeu, dizendo: Cala-te e sai dele. E o demônio, lançando-o por terra no meio do povo, saiu dele, sem lhe fazer mal" Lucas 4:35

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Matriz: Rua Carlos Comenale, 263 3º andar CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00 Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária Exemplar do dia: R\$ 3,50 Impressão: Grafica Pana

Jornalista Responsável Angelo Augusto D.A. Oliveira Mtb. 69016/SP

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br Site: www.jornalodiasp.com.br

Campanhas educativas do Detran-SP têm 1,6 bilhão de visualizações em 2024

A mão pede passagem e também respeito: ela impõe limite para proteger a área destinada à travessia de pedestres e, assim, salvar vidas no trânsito. Distribuída entre milhares de pessoas no ano passado, um dos símbolos da campanha "Sinal de Respeito", ponto de partida da política estadual dedicada ao elo mais frágil do sistema viário, foi um dos recursos mobilizados pelo Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP) para um ano de forte investida educacional.

Em 2024, o Detran-SP realizou 1.214 iniciativas nas vias de 237 municípios, onde impactou cerca de 400 mil pessoas – três vezes mais que no ano anterior. Em grande parte, as ações têm como carro-chefe as campanhas educativas de mídia veiculadas pelo órgão: foram 10 ao todo em 2024, que somaram 1,6 bilhão de impressões, como são chamadas as visualizações de cada peça, online, offline ou de mídia urbana, número 60% maior que o computado com as 10 iniciativas de 2023.

Encabeçada pelo professor Clóvis de Barros Filho, a campanha destinada aos pedestres foi o principal motor desse crescimento. Com diversas fases – a última delas acaba de cumprir seu ciclo, junto às férias escolares, e ainda está sendo mensurada –

desde seu lançamento em julho, "Sinal de Respeito" circulou pela TV, rádio, internet e mobiliário urbano, e teve abordagens nas ruas de 105 municípios do estado, nos chamados Dias D. Foram 261 eventos e impacto estimado sobre 145.000 pessoas.

Houve três Dias D, o primeiro no Dia Internacional do Pedestre, em 8 de agosto, logo após o disparo da campanha, seguido por outro dia 22 do mesmo mês e, quatro meses depois, pelo terceiro, em 12 de dezembro. Também em dezembro, o Detran-SP participou da Virada Inclusiva na capital, distribuindo materiais, abordando pessoas e convidando-as a jogar o quiz do trânsito, que em forma de brincadeira reforça normas e regras para o bom funcionamento do sistema viário.

Ainda em dezembro, outra campanha entrou em circulação e teve seu próprio Dia D: "Faz seu corre sem correr", voltada aos motociclistas, população que mais morre no trânsito. A ativação das peças na TV, rádio e internet, que alcançaram 100.000 impressões, foi acompanhada de 50 ações nas ruas de 37 cidades, com abordagem, orientação e distribuição de materiais educativos, além de fiscalização preventiva.

Além das campanhas, outro flanco a receber mais investidas da área educativa do Detran-SP

foi o ligado à prevenção da alcoolemia – misturar álcool e volante é uma combinação perigosa, com alto potencial de sinistro, que o órgão trabalha para evitar. As ações educativas contra a alcoolemia dobraram de 2023 para 2024, passando de 120 para 247.

Sempre com a ideia de dosar seriedade nas orientações e bom humor na abordagem com o etilômetro, a equipe de Educação para o Trânsito do Detran-SP chegou a montar uma prisão na Festa do Peão de Barretos, em agosto. A cela cenográfica era o destino dos visitantes que tinham ingerido bebida alcoólica. A recomendação era a de eleger o amigo-condutor (e sóbrio) da noite ou de voltar para casa com um motorista profissional, como o de um táxi.

A Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos não foi a única a receber o Detran-SP – que aliás teve seus representantes paramentados a rigor, com chapéu, calça jeans e estrela de xerife do Velho Oeste. O órgão de trânsito também compareceu à de Presidente Prudente e à de São José dos Campos.

Vale lembrar que tanto dirigir sob efeito de álcool quanto recusar-se ao bafômetro são infrações gravíssimas, segundo os artigos 165 e 165-A do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), respectivamente. Em ambos os ca-

sos, o valor da multa é de R\$ 2.934,70 e o condutor responde a processo de suspensão da carteira nacional de habilitação. Se houver reincidência no período de 12 meses, a multa é aplicada em dobro, no valor de R\$ 5.869,40. No caso da autuação por direção sob efeito de álcool, quando há nova ocorrência durante o período de suspensão da CNH, além da multa em dobro, o condutor responderá a processo administrativo e pode ter cassado o direito de dirigir.

No final do ano, o Detran-SP também levou conscientização a duas festas gastronômicas, onde vinho e cerveja podem harmonizar com pratos diversos, mas nunca com direção: SP Gastronomia e Festival Sabor de SP.

As efemérides relacionadas à segurança viária, como a Semana Nacional de Trânsito (SNT), promovida todos os anos entre 18 e 25 de setembro, e o Maio Amarelo, movimento internacional encabeçado pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de reduzir pela metade as mortes no trânsito até 2030, também contaram com iniciativas mais robustas em 2024.

O Maio Amarelo, que em 2023 teve 40 ações, passou a 136 no ano passado, mais que o triplo. Já a Semana Nacional de Trânsito teve 159 ações em 2024, contra 69 um ano antes. (Governo de SP)

Raposo Tavares se consolida como novo corredor logístico para escoamento da produção agroindustrial do país

A Rodovia Raposo Tavares (SP-270) está se tornando um novo corredor logístico para o escoamento da produção agroindustrial do estado e do Centro Oeste. Com a concessão do Lote Paranapanema, que compreende o trecho entre Itapetininga e Ourinhos, toda a SP-270 estará duplicada, o que oferecerá segurança e fluidez ao longo de toda a rodovia, da divisa com o Mato Grosso do Sul à região metropolitana.

O projeto do Lote Paranapanema integra o Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP) impactará diretamente 13 municípios, beneficiando mais de 500 mil pessoas e prevê R\$ 4,7 bilhões em investimentos. A rodovia SP-270 é uma das principais vias que atravessam São Paulo de Leste a Oeste.

Atualmente os últimos trechos não duplicados da SP-270 estão localizados entre os municípios de Ipaussu e Itapetininga. Com a concessão do Lote Paranapanema, serão duplica-

dos os cerca de 147 km de rodovia restantes em pista simples. O trecho concedido receberá também outras melhorias, como a construção de 12,5 km de pistas marginais e 56,4 km de acostamentos novos e recuperados.

Rota alternativa para o agro

Em 2024, o setor do agronegócio do Estado de São Paulo exportou R\$ 184,7 bilhões, representando um aumento de 6,8% com o ano anterior, fazendo com que se tornasse um marco histórico com o recorde nas exportações e no saldo da balança comercial. Os dados são da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, por meio da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta). São Paulo foi responsável por 18,6% das exportações do agronegócio brasileiro em 2024, com destaque para os grupos de sucos responsável por 84,1% da produção nacional, complexo sucroalcooleiro com 62,5% e 63% dos produtos de origem vegetal.

A concessão do Lote Paranapanema permitirá que a Raposo Tavares se consolide como uma alternativa segura e eficiente à Rodovia Castelo Branco, especialmente para o transporte de grãos e outros produtos agrícolas, com a duplicação do trecho entre Paranapanema e Ipaussu. O projeto visa potencializar o uso da Raposo Tavares como um dos principais eixos logísticos do país, ampliando a capacidade de escoamento e otimizando o acesso ao Porto de Santos.

O impacto das melhorias na Raposo Tavares vai além do estado de São Paulo. Por exemplo, 93% dos US\$ 9,9 bilhões exportados pelo estado do Mato Grosso do Sul (fonte: Comex Stat) deixou o Brasil por via marítima, e esta carga atravessou a malha rodoviária paulista.

Além de reduzir custos logísticos para os produtores, o projeto fortalece a competitividade do agronegócio e fomenta novos investimentos. Com essa concessão, estamos olhando

além da infraestrutura: queremos impulsionar o desenvolvimento socioeconômico das regiões atendidas, fomentando novas oportunidades no agronegócio, na indústria e nos serviços. A rodovia será uma peça-chave para conectar a produção agrícola do Centro-Oeste aos mercados internacionais.

O edital de concessão do Lote Paranapanema está previsto para ser publicado ainda no primeiro semestre de 2025. O projeto prevê, além dos quase 150 km de duplicações, mais de 10 km de pistas marginais e mais de 50 km de acostamentos novos ou recuperados, bem como 29 novas passarelas para pedestres, 35 novos dispositivos e adequação de outros 19, e mais de 80 pontos de ônibus, entre outras intervenções para melhorar a segurança viária na malha paulista e expansão da capacidade de tráfego que tem o objetivo de consolidar São Paulo como líder em inovação e desenvolvimento logístico no Brasil. (Governo de SP)

Reforma do IR e supersalários são prioridades de Haddad no Congresso

A reforma do Imposto de Renda (IR), a limitação a supersalários no serviço público e mudanças na Previdência dos militares estão entre as 25 prioridades da equipe econômica no Congresso para 2025 e 2026. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entregou na quarta-feira (5) uma lista das pautas econômicas ao novo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta.

Outras propostas que são destaque são a regulamentação das big techs (grandes empresas de tecnologia) e a regulamentação do Imposto Seletivo, tributo que incidirá sobre produtos que fazem mal à saúde e ao meio ambiente. A lista foi dividida em três eixos: estabilidade econômica, melhoria do ambiente de negócios e Plano de Transformação Ecológica. Das 25 prioridades, 15 dependem da aprovação de projetos de lei ou de medidas provisórias pelo Congresso Nacional.

Ao entregar a lista, Haddad agradeceu à atuação da Câmara dos Deputados, que aprovou 32 projetos estratégicos para o governo em 2023 e 2024, no mandato do presidente anterior da Casa, Arthur Lira. O ministro se disse otimista com a relação que terá com Hugo Motta, com base na atuação do parlamentar como líder do Republicanos na Câmara.

“Trouxemos [a agenda de prioridades] a conhecimento do presidente Hugo Motta, que conviveu conosco nesses dois anos como líder. Foi um líder de muito prestígio e muita efetividade. Trouxemos para ele uma pauta com 25 iniciativas, das quais 15 ainda dependem do Legislativo. Oito projetos que já estão tramitando, e sete que serão encaminhados nas próximas semanas”, disse Haddad.

O ministro ressaltou não haver bala de prata na área econô-

mica, mas um trabalho constante de modernização do ambiente de negócios, que promova o desenvolvimento e estimule o crescimento econômico. “Nunca vai haver uma bala de prata. Mesmo a reforma tributária, com toda a sua grandeza, tem a repercussão no PIB [Produto Interno Bruto] diluída no tempo. Então, é tijolinho por tijolinho que vamos construir uma economia robusta”, ressaltou.

Compensação do IR

Em relação à reforma do Imposto de Renda, Haddad disse que o desenho da proposta está pronto, mas depende de avaliação do Palácio do Planalto. Seguindo o ministro, a equipe econômica encontrou uma solução para compensar a perda de arrecadação com a elevação da faixa de isenção para R\$ 5 mil, mas a sugestão ainda precisa ser apresentada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“Agora, começa uma tramitação formal [dentro do governo]. Então, isso vai acabar vindo nas próximas semanas. Essa é uma reforma que queremos que tramite com a cautela e a transparência devida. Essa é uma lei mais simples, mas com impacto econômico relevante”, disse Haddad, ao destacar que a reforma do Imposto de Renda depende de lei ordinária, que requer maioria simples no Congresso.

Segundo Haddad, os parâmetros da reforma do IR seguirão as linhas gerais apresentadas pelo governo em novembro, mas o texto teve ajustes. O ministro, no entanto, não adiantou medidas nem detalhou se a taxa de dividendos dos mais ricos continua na proposta.

“Nenhuma renúncia fiscal pode ser feita sem compensação no Brasil. O desenho já está estabelecido, mas não tenho auto-

rização do Planalto ainda para divulgar. Essa reforma queremos que tramite com a cautela devida. Os parâmetros anunciados antes foram mantidos, mas fizemos correções”, declarou.

Outros projetos

Anunciada no ano passado, a taxação e a regulamentação econômica das big techs ainda não enviada ao Congresso. As mudanças na Previdência dos militares foram enviadas em dezembro, sem tempo de ter sido votada no fim do ano passado.

Confira a lista das 25 prioridades da pauta econômica para 2025 e 2026

Eixo de estabilidade macroeconômica

1. Regulamentação da reforma tributária do consumo: projeto que cria o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) está em tramitação no Senado Federal; projeto de lei de regulamentação do Imposto Seletivo e projetos de lei de regulamentação dos fundos instituídos pela reforma serão enviados em 2025.

2. Início da implementação da reforma tributária sobre o consumo: início das etapas de implementação administrativa da emenda constitucional promulgada em 2023 e da lei complementar aprovada em dezembro e sancionada em janeiro.

3. Reforma tributária sobre a renda: Ainda será enviado ao Congresso Nacional em 2025. Isenção de IRPF para quem ganha até R\$ 5 mil e proposição de mecanismo de imposto mínimo sobre contribuintes de renda muito alta.

4. Limitação dos supersalários: projeto de lei detalhará limites para supersalários promulgados pela emenda constitucional do pacote de corte de gastos.

5. Reforma da Previdência dos

militares: Projeto de Lei (PL) 4920/2024 em tramitação no Congresso Nacional, com idade mínima de transferência para reserva remunerada, contribuição para assistência médico-hospitalar e social de militares e pensionistas, fim da reversão de pensões e fim da “morte ficta”, em que militar expulso ou excluído das Forças Armadas é equiparado a militar falecido e recebe pensão.

6. Fortalecimento do arcabouço fiscal: implementação e acompanhamento de medidas aprovadas e política permanente de revisão de despesas.

7. Responsabilização do devedor contumaz e valorização do bom contribuinte: PL 15/2024 em tramitação no Congresso. Governo quer punir grandes contribuintes que devem ao Fisco sistematicamente e não paga tributos de forma estratégica, para prejudicar concorrentes, e beneficiar quem paga tributos em dia.

Eixo de melhoria do ambiente de negócios

8. Aprimoramento da Lei de Falências: aprovado o PL 3/2024 na Câmara dos Deputados. Aguardando apreciação no Senado.

9. Fortalecimento da proteção a investidores no mercado de capitais: PL 2925/2023 aguarda designação de relator na Câmara dos Deputados.

10. Consolidação legal das infraestruturas do mercado financeiro: PL 2926/2023 aprovado na Câmara dos Deputados e aguardando apreciação pelo Senado Federal.

11. Resolução bancária: proposta aprimora e iguala regimes de estabilização e liquidação de instituições do sistema financeiro, securitário e do mercado de capitais. Projeto de Lei Complementar (PLP 281/2019) aguardando apreciação na Câmara.

12. Regulamentação econômi-

ca das big techs: minuta de projeto de lei em elaboração pelo governo.

13. Modernização do marco legal de preços de medicamentos: revisão da regulação da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), para modernizar regras de precificação, contemplando medicamentos de alto custo e inovações feitas pela indústria nacional. Propostas em análise pela CMED

14. Pé-de-Meia: permissão ao aluno investir em poupança ou títulos do Tesouro os benefícios que seriam resgatados ao fim do ensino médio. Proposta em elaboração pelo governo.

15. Modernização de concessões, de permissões de serviços públicos e de parcerias público-privadas (PPP): PL 7063/2017 em tramitação na Câmara.

16. Medidas para mercado de crédito: execução extrajudicial, crédito consignado do e-Social, uso de pagamentos eletrônicos como garantia para empresas e ampliação de garantias em operações de crédito (open asset). PL 6204/2019, sobre execução extrajudicial, em tramitação no Senado Federal; medida provisória ou projeto de lei do crédito consignado do e-Social em elaboração pelo Executivo; regulamentação dos outros dois pontos em discussão interna no governo.

Plano de Transformação Ecológica

17. Nova emissão de títulos sustentáveis: para trazer recursos ao Fundo Clima.

18. Avanço na implantação do mercado de carbono (governança e decreto regulamentador): Lei 15.042/2024 já sancionada, depende de regulamentação.

19. Novos Leilões do EcoInvest: programa de proteção cambial e mobilização de investimentos estrangeiros em projetos sustentáveis. Lei 14.995/2024

sancionada, primeiro leilão do programa realizado e preparação de novos leilões.

20. Compra pública com conteúdo nacional e com incentivos a inovações tecnológicas: contratações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Fundo Clima e dos fundos regionais com regras graduais de conteúdo local. Elaboração de programa de desafios tecnológicos associados à transformação ecológica.

21. Fundo Internacional de Florestas: com rendimentos repassados a países que preservem florestas tropicais. Incluído na Declaração Final do G20, está em discussão multilateral para viabilizar sua implantação.

22. Taxonomia Sustentável Brasileira: sistema de atividades, projetos e ativos que contribuem para objetivos climáticos e sociais. Texto em consulta pública, com implementação prevista a partir do segundo semestre.

23. Política de atração de datacenter e Marco Legal da Inteligência Artificial: política de datacenter em discussão com outros ministérios. Aprovado pelo Senado no ano passado, PL 2338/2023, que institui o Marco Legal da Inteligência Artificial, aguarda votação na Câmara.

24. Plano Safra e Renovagro: aprimoramento dos critérios de sustentabilidade. Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) já editadas e aprimoramento dos próximos Planos Safra.

25. Plataforma de Investimentos para a Transformação Ecológica no Brasil (BIP): projetos já cadastrados totalizam US\$ 10 bilhões. Parceria com Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS) e Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) para mapeamento e estruturação de novos projetos. (Agência Brasil)

Governo vai reforçar infraestrutura para facilitar escoamento da safra

O governo federal planeja realizar nove leilões para a concessão de rodovias para a iniciativa privada e um leilão para ferrovias este ano. A iniciativa deve resultar em investimentos de R\$ 91,4 bilhões em trechos que totalizam 5,5 mil quilômetros de estrada de Norte a Sul do país e de R\$ 99,7 bilhões em 1.708 quilômetros da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico) e da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol).

Na área portuária, as concessões e os arrendamentos deverão viabilizar até o próximo ano R\$ 20 bilhões em investimentos em 50 empreendimentos como canais para navegação comercial e terminais marítimos e hidroviários em todas as grandes regiões.

Essa infraestrutura atende à

demanda de escoamento da produção agropecuária. Só para a produção de grãos da safra 2024/2025, a estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é que haja recorde e que sejam necessários deslocar 322,47 milhões de toneladas. Se for considerada a produção de cana-de-açúcar, celulose, frutas e carnes, o volume a ser transportado ultrapassa 1,250 bilhão de toneladas.

Os números foram apresentados na quarta-feira (5) em Brasília em cerimônia de anúncio de medidas para o escoamento da safra de grãos 2024-2025. Pelo terceiro ano consecutivo, o evento reuniu os ministros Carlos Henrique Fávaro (Agricultura e Pecuária), Renan Filho (Transportes) e Sílvio Costa Filho (Por-

tos e Aeroportos).

Síndrome de vira-lata

Na avaliação do ministro Carlos Fávaro, os investimentos no setor de transportes asseguram o escoamento da produção rural crescente e com mais destinos no exterior. “Às vezes, a gente fala que a nossa infraestrutura logística é precária, é ruim, é deficiente. Isso, me perdoem, é síndrome de cachorro vira-lata. Se não fosse eficiente, nós não estavamos ganhando tanto mercado.”

O ministro Renan Filho concorda com a avaliação: “A gente suporta exportar, porque a gente tem infraestrutura.”

O ministro Sílvio Costa Filho acrescentou que “o agro brasileiro cresce e puxa o crescimento da infraestrutura. O inverso tam-

bém é verdadeiro. A infraestrutura melhora e facilita o crescimento do agro.”

Na cerimônia, os ministros assinalaram que os investimentos na infraestrutura incrementam as condições de trabalho das pessoas ocupadas nos setores de logística, como os caminhoneiros.

Segundo o Ministério dos Transportes, o índice de conservação da malha rodoviária melhorou inclusive em estados da Amazônia Legal, onde a circulação rodoviária é historicamente apontada como crítica em estados como Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará e Rondônia.

Em 2024, 83% dos trechos monitorados no chamado “Arco Norte” foram considerados “bons”, percentual acima do ve-

rificado em 2022 (52%).

Greve de caminhoneiros

A despeito dos investimentos e resultados apresentados pelo governo, lideranças de caminhoneiros (transporte autônomo) prometem se reunir no próximo sábado (8) no Porto de Santos (SP) para discutir a possibilidade de fazer greve. Em princípio, a razão para eventual paralisação seria o recente aumento do preço do diesel.

O governo tem tentado dissuadir os caminhoneiros de fazer greve. Em entrevista coletiva na semana passada, no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva salientou que não autorizou o aumento. “Quem autoriza aumento de petróleo e derivados é a Petrobrás. Aprendi

isso há muito tempo.”

A paralisação também pode ter como pano de fundo a insatisfação das empresas de transporte rodoviário de carga com a decisão do Supremo Tribunal Federal que em 2023 declarou inconstitucionais 11 pontos da Lei dos Caminhoneiros (Lei 13.103/2015), que afetam, por exemplo, a jornada de trabalho, pausas para descanso e o repouso semanal dos motoristas profissionais.

A decisão do STF teria caráter retroativo e poderia gerar impactos trabalhistas. Em agosto do ano passado, confederações empresariais entraram com recurso na Corte para que modulasse a decisão tornando os efeitos válidos a partir da declaração das inconstitucionalidades. (Agência Brasil)

Mercado de franquias cresce 13,5% e fatura R\$ 273 bilhões em 2024



Foto: Arquivo/ABF

O mercado brasileiro de franquias registrou alta de 13,5% em 2024, atingindo um faturamento de R\$ 273,08 bilhões, segundo pesquisa de desempenho da Associação Brasileira de Franchising (ABF), divulgada na quarta-feira (5).

De acordo com a entidade, o resultado está associado à recu-

peração do consumo, aquecido pelo baixo nível de desemprego, pelo aumento da massa salarial e pelo poder de compra das famílias.

“Um mercado de trabalho forte e mais dinheiro circulando na economia, mesmo com seus impactos inflacionários, impulsionaram o faturamento do franchising brasileiro que, assim como

outros setores, superou as expectativas iniciais”, destacou o presidente da ABF, Tom Moreira Leite.

Os segmentos de franquias que mais cresceram em 2024 foram Entretenimento e Lazer, com alta de 16,6%, seguido de Saúde, Beleza e Bem-Estar (elevação de 16,5%); Alimentação - Food Service (16,1%), e Alimentação - Comércio e Distribuição (14,7%).

Principais franquias

Pelo terceiro ano consecutivo, a Cacau Show manteve a liderança de marca com mais operações (4.216) uma expansão de mais de 10% em 2024. Em seguida, vem O Boticário, com 3.746 operações, McDonald's (2.704) e a rede Colchões Ortobom (2.387). Já a rede Lubrax+ subiu do sexto para o quinto lugar, com 1.685 operações. (Agência Brasil)

Copel investe em subestações de grande porte para dar suporte ao crescimento do Paraná

A Copel vai reforçar duas subestações de grande porte que atendem a regiões do Paraná com ritmo de crescimento econômico acelerado. Serão aplicados R\$ 64 milhões na instalação de novos transformadores nas subestações Realeza Sul, no Sudoeste, e Bateias, na Região Metropolitana de Curitiba, beneficiando mais de 225 mil unidades consumidoras, ou cerca de 750 mil paranaenses.

As obras foram autorizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) no início de 2025, já prevendo um aumento de demanda por energia para os próximos anos.

“Esses reforços de grande porte na rede de transmissão

foram priorizados pela agência reguladora e têm como propósito assegurar condições para o desenvolvimento dessas regiões”, afirmou o diretor-geral da Copel Geração e Transmissão, Fernando Mano. “A economia do Estado cresce acima da média nacional, o agronegócio paranaense está entre os maiores exportadores do país, novas indústrias estão se instalando aqui e a oferta de energia precisa acompanhar esse movimento”.

Em Realeza Sul será instalado um transformador de 150 megavolt-ampères (MVA), que irá se somar aos dois já existentes na subestação, elevando de 300 para 450 MVA a potência total de transforma-

ção da unidade. O equipamento vai atuar na conversão da tensão da energia proveniente do Sistema Interligado Nacional que chega em 230 kV para 138 kV - tensão adequada para distribuição aos centros de consumo. O prazo para conclusão do projeto é julho de 2027.

Em outubro de 2024, a Aneel já havia autorizado o investimento de R\$ 9 milhões na subestação Realeza Sul para instalação de capacitores, equipamentos que ajudam a corrigir o fator de potência - uma medida de eficiência da rede. Esses reforços aumentam a confiabilidade do fornecimento de energia a mais de 145 mil clientes na região. (AENPR)

Vamos baixar o custo de vida, afirma Presidente

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, na quarta-feira (5), que vai baixar o custo de vida no país e que a cesta básica de alimentos vai ficar mais acessível ao povo brasileiro. Em entrevista à rádios de Minas Gerais, Lula disse que o governo “leva muito a sério” a inflação e que ela está “razoavelmente controlada”.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao longo do ano passado o grupo alimentos e bebidas foi o que mais pressionou o bolso dos brasileiros. Em 2024, a inflação oficial do país fechou em

4,83%.

“Nós levamos a inflação muito a sério e eu acho que está razoavelmente controlada”, disse. “Nós temos consciência que nós vamos baixar a inflação, nós temos consciência que nós vamos baixar o custo de vida, e nós temos consciência que a cesta básica vai ficar mais acessível ao povo brasileiro, porque é disso que o povo precisa, alimento barato de qualidade na mesa, e o governo inteiro está trabalhando com isso”, afirmou o presidente.

O presidente Lula concorda que há determinados alimentos que seguem com preço alto, e

disse que o governo vem dialogando sistematicamente com os setores produtivos e de distribuição para encontrar uma solução para o barateamento dos produtos.

“Por exemplo, a carne tá muito alta, nós temos outros produtos que estão altos e nós precisamos discutir com os setores por que esses preços cresceram tanto de 12 meses para cá? Porque a verdade é que, em 2023, a carne caiu 30% e depois ela voltou a subir. Não tem um único fator que mostra o preço das coisas. O que nós precisamos é tentar ajustar, porque a inflação cau-

sa muito prejuízo ao povo trabalhador”, disse.

Lula comentou ainda sobre a preocupação do governo com o impacto do aumento dos preços dos combustíveis. A Petrobras anunciou recentemente reajustes no valor do litro do óleo diesel, que acumula defasagem de preço por causa do dólar ao longo dos últimos meses.

“Nós estamos discutindo para saber o seguinte, como é que a gente faz a compensação na hora que você tem um reajuste em que esse reajuste pode impactar no preço do transporte e o transporte impactar no

preço do alimento”.

Reforma ministerial

O presidente concedeu entrevista às rádios Itatiaia, Mundo Melhor e BandNewsFM BH, todas de Minas Gerais, que o questionaram sobre a possível indicação do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para ser ministro. Pacheco também é cotado para ser o candidato da base do PT ao governo mineiro em 2026.

Lula afirmou que não tem pressa de fazer nenhuma reforma, mas que quer “ajustar as peças que nós temos que trocar”. O PSD, aliado do governo, já

conta com três ministérios na Esplanada, o de Minas e Energia, com Alexandre Silveira; Agricultura e Pecuária, com Carlos Fávaro; e Turismo, com Celso Sabino.

O presidente garantiu que, ao menos, Silveira ficará no cargo. “Não há porque mexer numa coisa que está fazendo uma revolução no setor energético brasileiro e no setor de minas desse país”, disse, elogiando o ministro.

Sobre os demais ministérios, Lula afirmou que vai discutir com o PSD e com outros partidos aliados sobre eventuais mudanças. (Agência Brasil)

Governador decide revogar nova lei polêmica sobre ensino no Pará

O governador do Pará, Helder Barbalho, decidiu revogar a Lei 10.820/2014, que trata da carreira dos professores e da rede estadual de ensino, após resistência da categoria e das populações indígenas.

Na quarta-feira (5), Barbalho assinou um termo de compromisso pela elaboração de um novo Estatuto do Magistério e Plano de Cargos, Carreiras e Salário dos profissionais públicos da educação básica paraenses. Um grupo de trabalho deverá se formado

com representantes do governo, dos professores e de populações tradicionais.

Com a medida, Barbalho pretende encerrar semanas de mobilizações contra a nova legislação. A Secretaria de Educação do Pará (Seduc) encontra-se ocupada por manifestantes desde 14 de janeiro.

No caso dos indígenas, a maior preocupação é com o que alegam ser a substituição do ensino presencial pelo ensino à distância em algumas regiões remo-

tas do Pará, prejudicando o acesso de diversas tribos à educação. Entidades de povos quilombolas também aderiram ao movimento.

O Sindicato das Trabalhadoras e dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará (Sintepp) afirma que a lei acaba com a progressão automática de carreira e, sem discussão, promove alterações prejudiciais na jornada e na remuneração de professores. A categoria está em greve desde 23 de janeiro.

Outra questão que motiva a articulação é a retirada de representantes do Sintepp na Comissão Permanente de Avaliação, o que acabaria conferindo ao titu-

lar da pasta de Educação, Rossieli Soares, mais poder decisório. Os grevistas pedem a exoneração do secretário.

O governo do Pará vinha defendendo a legislação, que foi aprovada na Assembleia Legislativa do Pará no fim do ano passado e sancionada em dezembro. A gestão estadual nega que haja qualquer ameaça ao acesso das populações tradicionais à educação, afirmando haver um problema de comunicação em torno do tema.

Segundo o Sintepp, um entendimento pela elaboração de uma outra lei, em substituição à atual, havia sido alcançado em 31 de janeiro, em reunião entre re-

presentantes dos professores e do governo paraense. Na ocasião, o governo se comprometeu a “construir uma nova legislação, tornando sem efeito a lei (atual)”, segundo nota divulgada pelo sindicato.

Supremo

A decisão de Barbalho ocorreu também depois da Associação dos Povos Indígenas Brasileiros (Apib) ter proposto uma ação ao Supremo Tribunal Federal (STF), pedindo que a lei paraense seja considerada inconstitucional. A relatora, ministra Cármen Lúcia, deu prazo de cinco dias para a manifestação do governo.

O Ministério Público Federal (MPF) também oficiou o Ministério da Educação para que o governo federal interferisse na controvérsia. Em comunicado divulgado em janeiro, o Ministério dos Povos Indígenas informou acompanhar de perto a situação, tendo enviado representantes para acompanhar as negociações no Pará.

Em nota, a pasta disse que atua “na mediação e no fornecimento de subsídios para que qualquer solução proposta fortaleça a educação indígena e garanta o cumprimento dos direitos indígenas à educação específica e diferenciada.” (Agência Brasil)

Governo amplia recursos para Equipes de Saúde da Família Ribeirinha

O Ministério da Saúde concederá um reajuste médio de 30% para Equipes de Saúde da Família Ribeirinha. Em nota na quinta-feira (5), a pasta informou que o objetivo é garantir melhores condições para a prestação de serviços de saúde em regiões de difícil acesso. Uma portaria com as novas diretrizes deve ser publicada ainda nesta semana no Diário Oficial da União.

“Com o novo financiamento, serão inclusos novos veículos para garantir deslocamento terrestre nas áreas remotas, reajuste nos valores das embarcações utilizadas no transporte das equipes, aumento do incentivo para pontos de apoio que garantem estrutura adequada para os atendimentos e reajuste no incentivo financeiro para a implantação de novas equipes”, destacou o ministério.

“A medida representa um avanço significativo para fortalecer a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e promover a equidade no Sistema Único de Saúde (SUS), respei-

tando as identidades, tradições e modos de vida das populações do campo, da floresta e das águas”, concluiu o Ministério da Saúde.

Entenda

As Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas desempenham a maior parte de suas funções em unidades básicas de saúde (UBS) localizadas em áreas cujo acesso é feito exclusivamente por rio, sobretudo, na Amazônia Legal e no Pantanal Sul-Matogrossense. Pela grande dispersão territorial, essas localidades necessitam de embarcações para o atendimento das comunidades.

Em função dessa particularidade, as equipes, conforme definido pelo ministério, devem ser compostas por, no mínimo, um médico, um enfermeiro e um auxiliar ou técnico de enfermagem, podendo contar ainda com profissionais de saúde bucal e outros, de nível superior e também de nível médio. Em regiões endêmicas, ainda é possível incorporar microscopista à equipe. (Agência Brasil)

ViaMobilidade utiliza técnica de pintura que reduz temperatura dos trilhos e evita flambagem

Como parte do pacote de ações voltadas à Operação Verão 2025, a ViaMobilidade investe em soluções inovadoras para melhorar o desempenho do funcionamento dos trens das linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda e, consequentemente, oferecer um transporte mais eficiente e seguro aos clientes. Com a chegada da estação mais quente do ano, que ocasiona temperaturas variáveis entre 40° e 60° nos trilhos, as equipes de Engenharia e Manutenção da concessionária, passaram a utilizar, a partir deste mês, uma técnica especial de pintura dos trilhos em locais críticos do ponto de vista do excesso de calor.

A tinta, na cor branca metálica, que é a mesma utilizada em sinalização de ruas, é aplicada na lateral, alma e patim (meio e parte inferior) dos trilhos com o auxílio de um veículo rodoferroviário e um carrinho com injetores, reduzindo em até seis graus a temperatura do trilho, a amplitude térmica e a captação de calor pelo trilho irradiado pelo sol. Dessa forma, a incidência de flambagem, fenômeno de instabilidade estru-

tural e constante preocupação no setor ferroviário, deverá reduzir devido a uma menor dilatação dos trilhos.

A diminuição da temperatura evita problemas na via permanente e, consequentemente, reduz o risco de incidentes que possam comprometer os serviços prestados pela ViaMobilidade. Com a solução, há maior disponibilidade na via e menos necessidade de manutenção corretiva. Serão pintados 35 quilômetros de trilhos em trechos estratégicos das linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda. A previsão é que a aplicação seja concluída até o final de fevereiro.

“Tendo em vista a eficiência da operação e, consequentemente, a segurança e o conforto dos nossos clientes, reforçamos o pacote de melhorias para este verão, com a intensificação de manutenções preventivas. Por isso, recorremos à pintura anti-flambagem, que é uma técnica que reduz significativamente a temperatura dos trilhos”, explica Alan Santana, gerente-executivo de Manutenção da ViaMobilidade – Linhas 8 e 9.

Líderes de facções criminosas no Rio vão para presídios federais

Presídios federais receberam 10 chefes de organizações criminosas do Rio de Janeiro, atendendo a um pedido do governador fluminense, Cláudio Castro, ao ministro da justiça e segurança pública, Ricardo Lewandowski. A transferência foi anunciada na quarta-feira (5), após reunião entre as autoridades no Palácio da Justiça, em Brasília. As vagas no Sistema Penitenciário Federal serão abertas imediatamente, segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O pedido teve como base re-

latórios de inteligência, que identificaram a atuação ativa dessas lideranças criminosas na instabilidade da segurança pública no estado. As transferências têm o objetivo de evitar novas associações e articulações para a prática de crimes.

“Com a transferência de lideranças de milícias e de facções para presídios em outros estados, conseguimos interromper uma cadeia de comando que eles continuam exercendo, mesmo estando presos. A cooperação entre a União e os estados é essencial para o fortalecimento da seguran-

ça pública e para enfrentarmos com firmeza o crime organizado. Não haverá trégua para criminosos que tentam desafiar o Estado. Não mediremos esforços para proteger a população e enfraquecer as organizações criminosas no Rio de Janeiro”, afirmou o governador.

O ministro Ricardo Lewandowski informou que as vagas no Sistema Penitenciário Federal serão abertas imediatamente. “A missão é a cooperação total entre União e o Rio de Janeiro. Estamos empenhados em combater

o crime de forma cooperativa e integrada. Esse é mais um exemplo da integração federativa que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública pretende colocar em prática”, disse o ministro.

Desde 2023, o governo do estado do Rio de Janeiro já transferiu 34 presos de alta periculosidade para presídios federais. Só em 2023, foram 20 transferências, sendo que uma megaoperação removeu, de uma só vez, 16 lideranças criminosas para presídios federais. (Agência Brasil)

Ministra da Gestão defende bancas de heteroidentificação do CNU

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, defendeu na quarta-feira (5) o trabalho das bancas de heteroidentificação do Concurso Público Nacional Unificado (CNU), estabelecidas pela Fundação Cesgranrio, organizadora do certame. “O que a gente usou no CNU foi o que é mais avançado no tema.” A declaração foi dada após entrevista ao programa Bom Dia, Ministra, produzido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

É papel das bancas de heteroidentificação de concursos públicos verificar, presencialmente, as características fenotípicas de candidatos autodeclarados pretos e pardos (negros) que concorrem a vagas reservadas a cotas raciais previstas na Lei nº 12.990/2014.

A ministra frisou que as comissões de heteroidentificação são um avanço na política de cotas raciais no Brasil e que, antes da criação delas, havia muito questionamento a respeito de pessoas que se autodeclaravam negras e não se enquadravam como pretos ou pardos. “Houve um avanço ao criar as bancas de heteroidentificação.”

Na última semana, o Ministério Público Federal (MPF) recomendou ao Ministério da Gestão e à Fundação Cesgranrio a suspensão da divulgação dos resultados finais do certame até “a resolução de irregularidades nas cotas raciais previs-

tas em lei”, como classificou o MPF. A Defensoria Pública da União (DPU) também solicitou esclarecimentos ao MGI sobre possíveis irregularidades na etapa de heteroidentificação do concurso.

De acordo com a ministra, cerca de 46 mil pessoas autodeclaradas negras passaram pelas bancas de heteroidentificação distribuídas nas cidades participantes do certame e a maioria destes candidatos foi aprovada na banca. Entre os candidatos reprovados nas bancas e que entraram com recurso administrativos, 45% deles tiveram o pedido deferido. “Isso não é uma avaliação da pessoa. É, sim, uma tentativa de garantir que a política de cotas seja o mais correta possível.”

Explicações

A ministra confirmou que já respondeu ao Ministério Público Federal sobre a necessidade de manter a divulgação dos resultados e realizou várias reuniões com o MPF e a Defensoria Pública para esclarecer os procedimentos das bancas de heteroidentificação.

Sobre a recomendação de permitir o acesso dos candidatos aos pareceres e às decisões de indeferimento, Esther Dweck explicou que a banca não é um tribunal racial e não existe métrica para dizer se alguém é negro ou não apenas pelo cabelo e cor de pele. “A gente voltaria ao século XIX se tives-

se esse laudo. A lógica sempre foi o olhar social do racismo que existe na sociedade brasileira”.

A ministra apontou que mais de 3 mil pessoas foram contratadas para formar as bancas do CNU, e que todas tiveram formação para isso. Os currículos foram publicados na internet, conforme previsto nos editais dos oito blocos temáticos no CNU. “A gente conversou com vários especialistas para montar essa lógica do certame”, disse Dweck.

A ministra voltou a declarar que o chamado Enem dos Concursos teve um dos maiores percentuais de pessoas negras aprovadas [24,5% do total], preenchendo todas as vagas destinadas às cotas do CNU.

Para ela, a política foi bem-feita. “A gente mudou a forma de aplicação das cotas, que não são mais um teto. São um piso”. Ou seja, candidatos que concorrem por cotas e que alcançam nota para aprovação pela ampla concorrência mudam de sistema e abrem vaga para outros cotistas.

Aprimoramento

A historiadora Wania Sant’Anna, integrante da Coalizão Negra por Direitos e do conselho do Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais (Cedra), comemora o aumento do percentual de candidatos negros aprovados no CNU, mas considera que é pre-

ciso aprimorar os processos de heteroidentificação. “Não é razoável que os candidatos autodeclarados pretos e pardos tenham dúvidas sobre os procedimentos adotados pelas bancas de heteroidentificação e seus resultados”, ressaltou Wania.

“Não vejo nenhum impedimento legal na formação, por exemplo, de uma comissão ad hoc, temporária, para conduzir esses casos e, desta forma, apresentar uma solução transparente e eficiente às reclamações apresentadas.”

Já para o professor universitário e membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade de Brasília (UnB), Nelson Inocêncio, os maiores problemas são a forma de constituição das bancas e o curso de formação dos integrantes das comissões, com questionamentos sobre sua carga horária e conteúdo.

“Ninguém se torna avaliador de banca de heteroidentificação ou especialista na questão racial fazendo cursinhos breves, de 20 horas online.”

“Quando falo de banca de heteroidentificação, falo de pessoas que estudam relações raciais, que vêm do campo do ativismo negro, do movimento negro, com história de contribuição na luta contra o racismo. Falo de gestores e gestoras que estão, de alguma forma, envolvidos em políticas de combate ao racismo”, explicou. (Agência Brasil)

Clima e aumento do consumo devem manter preço do café em alta

O preço do café deve continuar subindo nas próximas semanas, pelo menos até a safra deste ano, que começa a ser colhida por volta de abril ou maio. A afirmação é da Associação Brasileira da Indústria do Café (Abic). A principal causa do aumento nos preços são os eventos climáticos, que influenciam na safra do grão. O aumento do consumo em todo o mundo e a chegada de um novo mercado consumidor global, a China, também influenciam.

Segundo a entidade, esse impacto sobre os preços deve continuar acontecendo por mais dois ou três meses. Depois, deve vir um momento de arrefecimento no valor do produto, com uma certa estabilização. A queda de preços, no entanto, só deverá acontecer a partir da safra do próximo ano, estima a associação.

O aumento no preço do café vem sendo observado desde novembro do ano passado. E não é um fenômeno apenas no Brasil, que é o principal exportador mundial de café no mundo, representando quase 40% da produção mundial, seguido pelo Vietnã (em torno de 17%) e pela Colômbia.

Em 2020, a safra brasileira bateu recordes, mas os anos se-

guintes foram ruins para a lavoura, influenciado pelo clima. Em 2021, houve uma geada que dizimou quase 20% da safra de arábica. Em 2022, ela não conseguiu se recuperar – no geral, a safra demora dois anos para que isso ocorra, explicou a Abic.

Já em 2023, a lavoura sofreu os efeitos do El Niño [fenômeno que afeta o clima em todo o planeta], com um período longo de estiagem e altas temperaturas. E, no ano passado, o fenômeno que atuou foi o La Niña, que trouxe chuvas alongadas.

“Isso é muito ruim para a lavoura”, explicou o presidente da Abic, Pavel Cardoso, acrescentando que a safra que será colhida neste ano será ligeiramente menor que a do ano passado. “Esse acúmulo de quatro anos de problemas climáticos e o crescimento da demanda global dão a explicação dessa escalada de preços no café”, ressaltou.

Com todos esses problemas climáticos afetando a lavoura, os produtores precisaram aumentar os gastos para a produção. Com isso, o custo da matéria-prima subiu. A indústria, informou a Abic, teve aumentos superiores a 200% e teve que repassar parte disso, em torno de 38%, ao consumidor.

Todos esses fatores conjun-



Foto:Marcelo Casal Jr/ABR

gados acabaram contribuindo para a alta dos preços da commodity nas bolsas internacionais, o que também traz reflexos para o bolso do consumidor. Na Bolsa de Nova York os principais contratos de café arábica atingiram os valores mais altos da história. Hoje, por exemplo, a cotação voltou a subir e batia recorde, chegando US\$ 3,97 a libra-peso.

“Em relação a esse recorde, que está quase chegando a US\$ 4 a libra-peso, muito se atribuiu a uma potencialização dessa oferta curta. É uma entrada forte de fundos que gera um número histórico, mas que é potencialmente importante para a reflexão de todo o setor. Esse momento é ganho para todos? É uma situa-

ção que cabe a todos nós refletir”, falou Cardoso. “Essa escalada em algum momento vai parar, mas não se sabe quando. Essa é a pergunta que todos nós fazemos”.

A Abic espera que a safra deste ano, que começa a ser colhida em abril, ajude a estabilizar os preços. O setor também tem uma grande expectativa para a safra do ano que vem, que pode bater o recorde de 2020, ajudando a ampliar a oferta e diminuir os preços do produto. Enquanto isso não ocorre, o consumidor ainda deve sofrer com o aumento no café já que a indústria ainda tem repasses a fazer pelo seu alto custo.

“Em relação à matéria-prima,

devemos ter ainda alguma volatilidade adicional até a chegada da safra, que deve tensionar por conta de uma oferta muito curta. A partir da chegada dessa safra, entendemos que haverá alguma estabilidade. E quando tivermos finalizado a colheita, portanto, com um olhar para 2026, esperamos ter uma grande safra, possivelmente superior a 2020, quando tivemos safra recorde”, informou Cardoso.

“Com relação ao consumidor, teremos algum aumento adicional, afinal, tivemos aumentos superiores a 180% para a indústria, que absorveu esse aumento e repassou parte disso para os mercados, chegando a 37% para os consumidores. Então, parte desse aumento será transferido para os varejistas e, consequentemente, aos consumidores”, explicou.

Dados do setor

O consumo da bebida no Brasil entre novembro de 2023 e outubro de 2024 cresceu 1,11% em relação ao ano anterior, segundo dados divulgados pela Abic na quarta-feira (5).

O Brasil, que é o maior produtor e exportador do produto, é também o segundo maior consumidor mundial de café, tendo consumido 21,916 milhões de

sacas em 2024, o que significou 4,1 milhões de sacas a menos do que é consumido pelo país que está na liderança desse ranking, os Estados Unidos. Os dados do setor também informaram que o brasileiro consome, em média, 1.430 xícaras/ano de café.

O faturamento da indústria de café torrado no mercado interno somou R\$ 36,82 bilhões no ano passado, uma variação de 60,85% quando comparado a 2023. A alteração ocorre devido ao aumento do preço do café na gôndola. No mercado externo, o faturamento foi de R\$ 134 milhões.

Os cafés especiais sofreram um aumento de 9,80%, quando comparado o período de janeiro de 2024 com dezembro de 2024. Já a categoria de cafés Gourmets registrou um aumento de 16,17%; os cafés Superiores, de 34,38%; e os cafés Tradicionais e Extrafortes, tiveram aumento de 39,36%. Os cafés em cápsula também registraram um aumento nos preços (2,07%).

Nos últimos quatro anos, a matéria-prima aumentou 224%, e o café no varejo aumentou 110%. No último ano, a variação de preço ao consumidor do café torrado e moído foi de 37,4%, um aumento maior que a média da cesta básica (2,7%). (Agência Brasil)

Brasil vai aplicar reciprocidade em caso de taxação dos EUA, diz Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, na quarta-feira (5), que, em uma eventual taxação do governo dos Estados Unidos a produtos brasileiros, vai aplicar o princípio da reciprocidade. “É lógico. O mínimo de decência que merece um governo é utilizar a lei da reciprocidade”, disse em entrevista a rádios de Minas Gerais.

O presidente norte-americano, Donald Trump, vem prometendo aplicar tarifas abrangentes a diversos países com superávit

comercial com os Estados Unidos (vendem mais do que compram dos americanos), como a China e até a parceiros mais próximos como México e Canadá. O Brasil vive situação oposta, tem déficit comercial, comprou mais do que vendeu aos americanos, e ainda não foi taxado diretamente, mas deve receber reflexos da guerra de tarifas.

Lula lembrou que a Organização Mundial do Comércio (OMC) permite a taxação de até 35% para qualquer produto im-

portado. “Para nós, o que seria importante seria os Estados Unidos nos baixarem a taxa, e nós baixarmos a taxação. Mas se ele, ou qualquer país, aumentar a taxa de imposto para o Brasil, nós iremos utilizar a reciprocidade, nós iremos taxar eles também”, disse.

“Isso é simples, é muito democrático. Não há por que ficar tentando colocar uma questão ideológica nisso. O que eu acho é que o mundo está precisando de paz, de serenidade”, acrescentou o presidente, defendendo que “a diplomacia volte a funcionar” e que a harmonia entre os países seja restabelecida.

Para Lula, os Estados Unidos estão se isolando do mundo, mas também precisam de boas relações com outros países. “Nenhum país, por mais importante que seja, pode brigar com todo mundo o todo tempo”, disse, lembrando que o atual governo abriu 303 novos mercados para produtos brasileiros.

Na entrevista às rádios Itatiaia, Mundo Melhor e BandNews-FM BH, de Minas Gerais, Lula também alertou que não se deve ter preocupação com as “bravatas” do presidente Donald Trump, já que “ninguém pode viver de

bravata a vida inteira”. “É importante que a gente comece a selecionar as coisas sérias para que a gente possa discutir”, afirmou.

“Tem um tipo de político que vive de bravata. O presidente Trump fez a campanha dele assim. Agora, ele tomou posse e já anunciou [que pretende] ocupar a Groenlândia, anexar o Canadá, mudar o nome de Golfo do México para Golfo da América. E já anunciou reocupar o Canal do Panamá”, acrescentou Lula.

O presidente brasileiro afirmou ainda que o governo vai receber os cidadãos que forem deportados dos Estados Unidos para o Brasil. A previsão é que, na próxima sexta-feira (7), um novo voo com brasileiros chegue ao país, vindo do estado norte-americano da Louisiana para Fortaleza, no Ceará.

“Nós estamos conversando, com o Itamaraty [Ministério das Relações Exteriores] e a Polícia Federal, para que a gente comece a ter todos esses dados lá em Louisiana, onde eles embarcam, para que a gente possa se preparar para recebê-los aqui e fazer com que eles cheguem no seu destino de origem”, disse Lula na entrevista.

“Nós estamos muito atentos,

a Polícia Federal, Ministério da Justiça, Ministério dos Direitos Humanos e o Itamaraty, para que a gente dê cidadania a esses companheiros quando chegam ao Brasil, inclusive com assistência médica, para saber se as pessoas estão com algum problema de saúde. E nós vamos tratar como se deve tratar um ser humano, com muito carinho e muito respeito”, afirmou o presidente.

Lula explicou ainda que o governo brasileiro trata a situação como repatriação e não deportação. “São companheiros e companheiras brasileiras que foram para lá à procura de um mundo melhor, à procura de sorte, à procura de emprego melhor e que não conseguiram se legalizar, não foram aceitos pelo governo americano”, acrescentou.

No último dia 24 de janeiro, um avião fretado pelo governo dos Estados Unidos pousou em Manaus com 88 brasileiros deportados. Os cidadãos estavam algemados e relataram maus-tratos durante o voo. A Polícia Federal, então, fez a intervenção, exigiu a retirada das algemas, e o presidente Lula determinou que Força Aérea Brasileira transportasse as pessoas até o destino final,

que era o Aeroporto Internacional de Confins, na região metropolitana de Belo Horizonte.

O Brasil concordou com a realização de voos de repatriação, desde 2018, para abreviar o tempo de permanência de seus nacionais em centros de detenção norte-americanos, por imigração irregular e já sem possibilidade de recurso. Ao tomar posse em janeiro deste ano, Donald Trump prometeu intensificar as deportações de cidadãos estrangeiros que estejam irregulares nos Estados Unidos.

“Nós tivemos contato com o caso mais grave, que foi o avião que teve problema, na sua pressurização. Esse avião parou em Manaus, e aí as pessoas estavam acorrentadas para descer do avião. E eles queriam levar as pessoas acorrentadas para Minas Gerais”, contou Lula.

“Enquanto eles estão dentro do avião no território americano, eles são cidadãos que pertencem à política e à lei dos Estados Unidos, mas, quando eles chegam no território nacional, que o avião abre a porta, eles estão submetidos à legislação brasileira e disso nós vamos cuidar”, afirmou o presidente. (Agência Brasil)

Reajuste de servidor será pago em abril se LOA for aprovada até março

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, disse na quarta-feira (5), em Brasília, que, caso a Lei Orçamentária Anual (LOA) seja aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva até 15 de março, o reajuste dos servidores públicos federais - negociado no ano passado - será pago a partir de 1º de abril.

“A gente já comunicou os servidores e eles vão receber retroativamente assim que a lei for aprovada e sancionada pelo presidente. Se [a votação] for em 10 de março, nossa expectativa é que, se a gente conseguir sancionar até 15 de março, ainda entra na folha de março e, portanto, a gente paga a partir de 1º de abril. Se não for sancionada até meados de março, mas posteriormente, a gente consegue pagar na folha de abril, que é paga efetivamente em maio.”

Em entrevista a emissoras de rádio durante o programa Bom Dia, Ministra, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Esther lembrou que, no final do ano passado, a aprovação de diversas medidas enviadas pelo Executivo ao Congresso Nacional acabou por inviabilizar a aprovação da LOA no tempo inicialmente previsto - até dezembro. “O Congresso fez um esforço muito grande para aprovar, inclusive, uma emenda constitucional enviada pelo Executivo”, afirmou.

“O Congresso está muito atento a isso. O relator da LOA, senador Ângelo Coronel (PSD-BA), falou sobre a dificuldade de ser mais rápido do que o prazo que ele propôs e a gente está bastante confiante de que 10 de março seja uma data bem provável mesmo - para aprova-

ção. Portanto, a gente tem chance ainda de pagar a partir de 1º de abril. E os servidores vão receber retroativamente o reajuste de janeiro, fevereiro e março nesse contracheque de março”, explicou a ministra.

Segundo ela, a medida provisória que autorizou o reajuste dos servidores públicos federais está valendo desde 1º de janeiro.

Concurso unificado

Durante o programa da EBC, Esther lembrou que, para que o ministério possa começar a convocar os aprovados no Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) para tomar posse, também é necessário que a LOA seja aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada por Lula. “Se a aprovação for em 10 de março, não interfere no nosso calendário”, garantiu.

Acrescentou que “vamos agora homologar o bloco 8, do nível médio, onde não há nenhum curso de formação. Portanto, a gente está apto a homologar muito em breve. Uma vez homologado, a gente começa a chamar [os aprovados] para tomar posse. Lembrando que o bloco 8 foi muito concorrido - o que mais tinha candidato concorrendo, uma seleção bem forte. A gente está aguardando esses servidores, que vão começar a ser chamados provavelmente no final de março ou início de abril. É a nossa expectativa.”

“Para os demais blocos, nas áreas onde não há curso de formação, precisamos também da autorização da LOA, mas só teremos o resultado final em 28 de fevereiro, quando a gente termina as três rodadas para o curso de formação”, finalizou a ministra. (Agência Brasil)

Produção industrial brasileira fecha 2024 com crescimento de 3,1%

A produção da indústria brasileira fechou 2024 com crescimento de 3,1% em relação a 2023. O resultado anual é o terceiro maior dos últimos 15 anos e foi empurrado por fatores como o aumento do emprego e da renda. Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal, divulgada na quarta-feira (5) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A alta anual foi alcançada mesmo após três meses seguidos de recuo industrial. Em dezembro, a produção ficou 0,3% no campo negativo, após já ter caído em outubro (-0,2%) e novembro (-0,7%). O resultado de dezembro ficou 1,6% acima do registrado no mesmo período de 2023.

Com os números apresentados pelo IBGE, a indústria nacional encontra-se 1,3% acima do patamar pré-pandemia de covid-19, de fevereiro de 2020, porém, 15,6% abaixo do ponto mais alto alcançado, de maio de 2011. O nível atual de produção é semelhante ao de dezembro de 2009.

O crescimento de 3,1% de 2024 supera 2023, que apresentou expansão de 0,1%. Nos últimos 15 anos, fica atrás apenas de 2010, que cresceu 10,2%, e de

2021, quando se expandiu 3,9%, em um momento de recuperação após o impacto inicial da pandemia. Em 2020, houve recuo de 4,5%, enquanto em 2009, a indústria brasileira experimentou queda de 7,1% em um momento em que o mundo passava por uma crise econômica global.

Isso representa que, diferentemente de 2010 e 2021, o crescimento de 2024 não foi beneficiado por uma base de comparação de queda.

Alta disseminada

O gerente da pesquisa, André Macedo, destaca que a expansão da indústria em 2024 foi bastante disseminada, com números positivos nas quatro grandes categorias econômicas (bens de capital, intermediários, duráveis e geral) e em 20 dos 25 ramos industriais pesquisados.

“De modo geral, o crescimento do setor industrial em 2024 pode ser entendido a partir de alguns fatores, como o maior número de pessoas incorporadas pelo mercado de trabalho, a queda na taxa de desocupação, aumento na massa de salários e o incremento no consumo das famílias, beneficiado pelos estímulo-

los fiscais, maior renda e a evolução na concessão do crédito”, explica.

Em 2024, o país terminou com taxa média de desemprego de 6,6%, o menor patamar da série histórica do IBGE.

Último trimestre

O período de três meses seguidos de recuo (dezembro, novembro e outubro) somou perda de 1,2%. Um movimento de três quedas mensais seguidas não acontecia desde fevereiro e abril de 2021, quando a queda acumulada foi de 5,3%.

Na comparação entre o quarto e terceiros trimestres de 2024, a indústria recuou 0,1%. Nesse tipo de comparação trimestral, foi a primeira queda desde o terceiro trimestre de 2023.

A diminuição do ritmo da indústria nos três meses finais de 2024 é explicada, de acordo com Macedo, pela “redução nos níveis de confiança das famílias e dos empresários”.

“Em grande parte, pelo aperto na política monetária, com o aumento das taxas de juros a partir de setembro de 2024, a depreciação cambial [alta do dólar], impactando os custos, e a alta da

inflação, especialmente de alimentos”, aponta.

Cenário econômico

Em setembro de 2024, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central iniciou a trajetória de alta da taxa básica, a Selic, justamente com o objetivo de “esfriar” a economia para combater a inflação.

A taxa que era de 10,5% ao ano no início de setembro está atualmente em 13,25%. O aumento de juros tem como um dos principais efeitos o encarecimento do crédito, seja para famílias consumirem, seja para empresas produzirem. Já a inflação terminou o ano em 4,83%, acima do limite da meta, de até 4,5%.

O dólar teve valorização de 27% em 2024, com movimento de alta acentuado no último trimestre, fechando o ano em R\$ 6,18. Atualmente, a moeda estrangeira negocia próximo de R\$ 5,80.

Macedo lembra que o ponto mais elevado da indústria em 2024 foi em junho. “A partir do segundo semestre - em mais intensidade nos últimos três meses do ano - há um movimento de menor intensidade para o setor industrial”, detalha. (Agência Brasil)